

VI. Registrar acontecimentos relevantes no desenvolvimento da criança;
 VII. Auxiliar aos cuidados diretos com a criança;
 VIII. Auxiliar a pedagogo;
 IX. Em eventos confeccionar cartazes e enfiteis;
 X. Comparecer as reuniões de integração quando convocados pela coordenação da entidade;
 XI. Acompanhar os momentos de entrada e saída das crianças;
 XII. Participar dos cursos e eventos quando solicitados pela entidade;
 XIII. Auxiliar as demais educadoras durante as refeições;
 XIV. Levar a hidratação pedagógica mediante solicitação da pedagoga;
 XV. Atuar em outras atividades correlatas à sua área de atuação.

SUBSEÇÃO IV
DO APOIO OPERACIONAL
 Art. 19 - Responsabilidades atribuídas a cozinheira e ajudante de cozinha:
 I. Compete a Cozinheira:
 I. Cumprir as determinações da nutricionista no que se refere ao cardápio;
 II. Responsabilizar-se pela coleta de alimentos oferecidos para as crianças, armazenando-os adequadamente a fim de segurança alimentar;
 III. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos alimentos;
 IV. Manter todos os utensílios e aparelhos da cozinha em rigorosas condições de higiene;
 V. Manter rigorosa higiene pessoal e zelar para que sua auxiliar também a mantenha;
 VI. Solicitar a administração, compra de alimentos quando necessário;
 VII. Orientar a auxiliar de cozinha quanto ao trabalho que será desenvolvido diariamente;
 VIII. Favorecer o trabalho educativo com relação à alimentação, apresentando posturas condizentes à Educação Alimentar;
 IX. Colaborar eventualmente no cuidado direto com a criança;
 X. Comparecer as reuniões de integração quando convocada pela coordenação da entidade;
 XI. Participar dos projetos e cursos sempre que solicitado.

II. Compete ao Auxiliar de Cozinha:
 I. Manter todos os utensílios e aparelhos da cozinha em rigorosas condições de higiene;
 II. Manter rigorosa higiene pessoal;
 III. Lavar as mãos após as refeições;
 IV. Auxiliar a cozinheira no preparo das refeições;
 V. Comparecer as reuniões de integração quando convocada pela coordenação da entidade;
 VI. Participar dos projetos e cursos sempre que solicitado;
 VII. Substituir a cozinheira em eventual falta;
 VIII. Responsabilizar-se pelo recolhimento e conferência dos alimentos adquiridos pelo Cozmo, Banco de Alimentos e outros.

Art. 20 - Responsabilidades atribuídas a equipe de serviços gerais:
 I. Compete a equipe de Serviços Gerais:
 I. Manter limpa a entidade;
 II. Varrer e tirar o pó das salas de atividades diariamente;
 III. Limpar o refeitório após as refeições;
 IV. Lavar os banheiros diariamente e ao sempre que for necessário;
 V. Manter sempre limpa a área externa e interna da entidade;
 VI. Solicitar a compra de produtos de limpeza a administração sempre que necessário;
 VII. Comparecer as reuniões de integração quando convocada pela coordenação da entidade;
 VIII. Nos eventos, auxiliar na limpeza e montagem;
 IX. Responsabilizar-se pelo cuidado com a lavanderia, bem como lavatórios, toalhas e outros que se fizerem necessários;
 X. Na hora colaborar com a arrumação das roupas e vendas das peças;
 XI. Cooperar, sempre que for necessário, nas mudanças do escalonamento dos horários de trabalho, com o objetivo de melhor atendimento às crianças;
 XII. Atuar em outras atividades correlatas à sua área de atuação.

SUBSEÇÃO V
DO CONSELHO DE PAIS
 Art. 21 - O Conselho de Pais é participante ativo dessa gestão, discutindo assuntos referentes à participação da comunidade escolar, desenvolvimento do Projeto Pedagógico e Plano de Trabalho da unidade educacional, e atuando nas decisões referentes aos diretores e meios a serem alcançados, participação aos eventos e festas que a entidade proporcionar, participação do instrumental de qualidade e submissão de sugestões e críticas dos pais.

SUBSEÇÃO VI
DA COMUNIDADE ESCOLAR
 Art. 22 - São direitos do corpo docente:
 I. O Lar Escola zelar pela garantia dos direitos aos alunos, baseado nos dispositivos legais da legislação vigente;
 II. Garantia de recursos, espaço físico e tempo para lecionar;
 III. Garantia ao acesso de todo conteúdo programático já previsto em Proposta Pedagógica anual, bem como acesso a diferentes estratégias e materiais que favoreçam este acesso;
 IV. Garantia de interação com o meio, visitas a locais que proporcionem essa interação e seu aprendizado e acesso a atividades culturais;
 V. Ser respeitado, considerado e valorizado em sua individualidade, sem discriminação de credo religioso, político, de sexo e de cor. Ser ouvido e acolhido.
 Art. 23 - São deveres do corpo docente:
 I. Participar das atividades propostas na Instituição;
 II. Zelar pelo patrimônio da escola, materiais de uso pessoal e coletivo;
 III. Tratar respeitosamente a equipe de trabalho e demais alunos.
 Parágrafo único - Todas as questões relativas nesta subseção, devem ser trabalhadas na Instituição de forma a incluir o aluno na construção dessa proposta de direitos e deveres.

Art. 24 - São direitos da família:
 I. Ter garantido o atendimento integral e gratuito da criança matriculada nesta unidade educacional;
 II. Periodicamente receber relatórios e ter acesso livre a todas as informações pertinentes ao desenvolvimento de seu filho;
 III. Conhecer e participar da construção da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar;
 IV. Acompanhar o crescimento e desenvolvimento da criança, bem como o trabalho educativo realizado;
 V. Ter a possibilidade de segunda chamada em caso de não comparecimento nas Reuniões escolares;
 VI. Ter garantido o direito a participação no Conselho de Pais.

Art. 25 - São deveres da família:
 I. Respeitar os horários de entrada e saída estipulados pela Entidade;
 II. Garantir que a criança leia no diário do uniforme escolar;
 III. Zelar pela frequência da criança na unidade escolar, comprometendo-se a justificar as ausências;
 IV. Zelar pela saúde da criança, fazendo acompanhamento médico regularmente;
 V. Cumprir as normas disciplinares discutidas e elaboradas por toda a comunidade escolar no início do ano letivo;
 VI. Manter atualizado endereços e telefones que proporcionem a comunicação Instituição-família;
 VII. Participar ativamente e acompanhar a vida escolar de seu filho;
 VIII. Comprometer-se com a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;
 IX. Participar das reuniões de pais e educadores, entre outras atividades promovidas pelo Lar Escola Jesus de Nazaré;
 X. Zelar pela segurança da criança no trajeto de ida e volta da Instituição.

Parágrafo único - É vedado a família entrar em sala de aula, sem autorização prévia; bem como enviar a criança para a Instituição em caso de doenças infecto-contagiosas.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR
SEÇÃO I
DOS NÍVEIS E MODALIDADE DE ENSINO
 Art. 26 - O LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ é uma instituição destinada a oferecer Educação Infantil para crianças na faixa etária de 3 a 5 anos.

I. O atendimento é subdividido em três turnos (Jardim I, II e III), considerando suas respectivas idades;

II. A Educação Infantil é oferecida em tempo integral, compreendendo o horário das 07:30h às 17:00h;

III. A relação de número de alunos por sala, se dá da seguinte forma:

Jardim I - 24 alunos

Jardim II - 27 alunos

Jardim III - 29 alunos

§ 1º Podem ocorrer variações na quantidade de alunos por sala, mas sempre respeitando a metragem das salas (conforme normas adotadas da SME) e não ultrapassando 10% do atendimento estipulado a Instituição, que compreende a 80 crianças.

§ 2º Cada sala tem um educador responsável, havendo duas monitoras e uma estagiária remunerada por período que se revezam no auxílio no turno.

SEÇÃO II
DOS FINS E OBJETIVOS DO CURSO

Art. 27 - A prática da unidade educacional opõe-se em uma perspectiva sócio-interacionista / construtivista, tendo como principal teórico Vygotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta; buscando ampliar o universo cultural da criança; possibilitando exploração e descobertas; permitindo conhecer-se, estabelecer relações emocionais, cognitivas e sociais, através de uma intencionalidade clara, de pro-

pósitos que favoreçam o observar, descobrir, o pensar, transformar, experimentar, criar e imaginar. Construído assim, seu conhecimento a partir de situações que a criança possa agir, sendo desafiada a refletir, integrar e socializar-se; considerando a articulação entre saberes, fazeres, pensar e sentir.

SEÇÃO III
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 28 - Para organização curricular, a unidade educacional leva em consideração princípios educativos: "Diversidade e singularidade", "Democracia, sustentabilidade e participação", "Indivisibilidade individual e coletiva".

I. Buscando favorecer a participação ativa da criança na construção de seu conhecimento, através da exploração do meio e da descoberta de possibilidades de si, do outro e do meio;

II. O LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ visa a integração das aspectos biológicos, psicológicos e sociais: o que permite um trabalho diversificado e atenuando as diferentes linguagens da educação infantil, conforme cito o Referencial Curricular, não como linguagem oral, verbal, musical, artística, gestual e plástica, estimula ao raciocínio lógico-matemático, letramento, aspectos culturais, entre outros;

III. Respeito à diversidade dos alunos e diversidade inclusiva é parte integrante da ação proposta, buscando um trabalho baseado nas diferenças individuais e considerando as peculiaridades da criança;

IV. As relações interativas (entre as crianças, crianças com educadores e família, entidade e família), possibilita vivências e trocas de experiências; oportunizando um espaço de participação ativa para a família, reflexão e formação de conceitos e valores; buscando conscientizar os de seu papel e de sua atuação enquanto cidadão;

V. O trabalho com o lúdico, é o eixo norteador do processo ensino-aprendizagem, utilizando-se do brincar e do jogo a todo momento e não apenas como um recurso didático. Portanto a brincadeira é uma situação de aprendizagem infantil que pode alcançar níveis complexos por causa das possibilidades de interação entre os pares. A experiência da brincadeira permitirá que a criança assuma papéis, atribua significados, levante hipóteses, resolva problemas e reflita sobre seu meio, o que não seria possível em atividades impostas. Dessa forma, a criança torna-se agente construtor de seu conhecimento;

VI. As áreas psicomotoras (visão muscular, equilíbrio, precisão global e fina, lateralidade, noção corporal e estruturação espaço-temporal) são estimuladas através de brincadeiras e atividades físicas livres e dirigidas, e do próprio corpo, proporcionando vivências, por acionarmos que o estímulo e esses áreas é essencial no desenvolvimento infantil;

VII. Para que toda essa proposta pedagógica ocorra efetivamente, o LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ busca proporcionar um ambiente acolhedor, rico de estímulos e valores.

SUBSEÇÃO I
DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 29 - O LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ elaborará anualmente o seu Calendário de Atividades, integrando-se ao Projeto Pedagógico da Instituição, baseado na legislação vigente, considerando as orientações da Secretaria de Educação, submetido a homologação dos órgãos competentes e com a participação do Conselho de Pais e Comunidade escolar na construção deste.

Art. 30 - O Calendário Escolar deve contemplar:

I. Registro dos dias letivos;

II. Registro de todos os eventos programados;

III. Período de Férias e Recreio;

IV. Reuniões de Pais, Conselho, Integração e Pedagógicas;

V. Período de Planejamento Geral e avaliação institucional.

Art. 31 - O curso de Educação Infantil tem duração de 3 anos, com no mínimo 200 dias letivos cada ano, constante no calendário escolar.

I - A carga horária diária é de 8 horas (período integral).

Art. 32 - As aulas somente serão suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida, a qual será comunicada a Secretaria Municipal de Educação, sobre as mudanças neste calendário escolar.

SEÇÃO IV
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 33 - O processo avaliativo deve contar com o comprometimento de toda a equipe de trabalho: educadores, auxiliares, equipe técnica, direção, equipe de apoio, crianças, responsáveis, conselho de pais.

SUBSEÇÃO I
DA AVALIAÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL

Art. 34 - Quanto a participação de toda a comunidade escolar, será oferecido um instrumento de avaliação e auto-avaliação anual, ou conforme necessidade percebida pela direção ou equipe técnica;

I. Toda a equipe fará uma avaliação mensal através de reuniões e/ou apresentação de relatórios à direção.

SUBSEÇÃO II
DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Art. 35 - A avaliação será processual e destinada a avaliar o processo ensino-aprendizagem, mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem objetivo de promoção e classificação.

Art. 36 - A avaliação diagnóstica, será realizada no início do ano letivo, considerando a diversidade dos saberes, verificando os conhecimentos prévios das crianças, objetivando determinar a forma pela qual o educador deverá direcionar sua ação educativa, através do planejamento.

I. A avaliação diagnóstica tem de contribuir para tornar o processo de aprendizagem mais exequível e eficaz; podendo ser considerado como ponto de partida para o educador;

II. A avaliação destina-se a refletir sobre o trabalho realizado, gerando uma análise e reflexão de ação prática, para o planejamento de atividades significativas e de acordo com o desenvolvimento das crianças. Portanto, a avaliação é vista como um instrumento de trabalho e não com um fim em si mesma, utilizando-se como instrumento de intervenção para tomar as decisões educativas, observando o progresso das crianças a fim de intervir e estimular determinadas situações e/ou atividades;

III. As estratégias de avaliação serão feitas através de múltiplos registros (fotografias, desenhos, etc) e na observação crítica e criativa das atividades, práticas e intenções do cotidiano.

SEÇÃO V
DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E MATRÍCULA DE ALUNOS

Art. 37 - A inscrição no Lar Escola Jesus de Nazaré é realizada de maneira contínua, todas as segundas-feiras no decorrer de todo o ano, interessando-se por um período de uma semana no mês de Outubro.

I. As inscrições e matrículas são efetuadas pela assistente social com a família;

II. As fichas de inscrições são analisadas levando em consideração critérios como: morar ou trabalhar nas imediações, encontrar-se na faixa etária de atendimento, desnutrição e vulnerabilidade social;

III. Terminada a análise, as famílias são chamadas na unidade escolar para efetivação da Matrícula;

IV. As matrículas são feitas mediante o planejamento de atendimento;

V. As crianças matriculadas são divididas por termos de acordo com sua idade e para as crianças que não conseguem vaga (demanda reprimida), adota-se o critério de gerar uma lista de espera e buscar atendê-las mediante solicitação ou transferência de matrículas.

SEÇÃO VI
FREQUÊNCIA DE ALUNOS

Art. 38 - A frequência diária das crianças terá controle sistemático, realizado pelas educadoras, sob supervisão da Pedagoga.

Art. 39 - No caso de 3 faltas consecutivas sem justificativa, deverá o assistente social entrar em contato com a família para verificar possíveis problemas de saúde ou de ordem familiar.

I. Se é permitida um limite de 4 faltas sem justificativa no decorrer do mês;

II. Serão considerados as justificativas feitas diretamente para a equipe gestora e/ou apresentação de atestado médico.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - Os assuntos urgentes e omissos neste Regimento Escolar, serão resolvidos pela equipe gestora em consultoria com o Conselho de Pais e demais equipes de trabalho, à luz das leis, normas legais, consultas aos órgãos competentes e legislação cabível, comunicando em seguida à Equipe Mantenedora e, quando for o caso, as autoridades competentes.

Art. 41 - O presente Regimento fica a disposição de toda a equipe de trabalho, pais e comunidade para conhecimento.

Art. 42 - Este Regimento Escolar, devidamente aprovado pela Diretoria do LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ e demais órgãos competentes, entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 29 de Outubro de 2010

Domingos Reis Bonifácio

Presidente

Edson Antonio Akimura

Vice-Presidente

Poliana C. Franco

Pedagoga

PORTARIA SME Nº 12/2011

O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições do seu cargo, e com fundamento nas Resoluções CME 04/2008 e 02/2010, e à vista do Parecer Conclusivo da Equipe Educativa do NAED Leste, e o que consta no protocolado nº 2010/10/40971,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar/Autorizar o funcionamento da escola privada de Educação Infantil

• Lar Escola Jesus de Nazaré, CNPJ nº 46.115.952/0001-51, situada na Rua Vital Brasil nº 636, Jardim Bela Vista, Campinas, SP, CEP 13.077-005, com o Curso de Educa-

ção infantil, para atendimento da faixa etária de 3 (três) a 5 (cinco) anos de idade.
 Art. 2º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter o seu Projeto Pedagógico e o seu Regimento Escolar adequados às normas baixadas pelo Conselho Nacional de Educação, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 02 de fevereiro de 2011

JOSÉ TADEU JORGE

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA NAED LESTE Nº 04/2011

A Representante Regional da Secretaria Municipal de Educação, do Núcleo de Ação Educativa Descentralizada da Região Leste, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso I, do Art. 7º, da Resolução SME Nº 13/2010, e à vista do Parecer Conclusivo da Comissão designada pela Portaria NAED Leste nº 47/2010, publicada no DOM de 14 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, conforme Anexo Único, o Regimento Escolar Próprio da "Baby Love Berçário e Escola de Educação Infantil Ltda.- ME", CNPJ 01.990.952/0001-62, situada na Rua Sampaio Ferraz, 292 - Cambuí - Campinas, SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do Parágrafo único do Art. 18 da Resolução SME nº 13/2010.

Campinas, 04 de fevereiro de 2011

CÁSSIA REGINA SCHENFEL MENZEL DE ARRUDA

Representante Regional Da Secretaria Municipal De Educação

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO ESCOLAR

SUMÁRIO

Título I	01
Identificação da Instituição de Educação e da Mantenedora	02
Título II	02
Princípios e Objetivos da Instituição	02
Capítulo I - Princípios	02
Capítulo II - Objetivos da Instituição	02
Título III	03
Organização Administrativa e Deliberativa da Unidade Educacional	03
Capítulo I - Organização Administrativa	03
Capítulo II - Deliberativa da Unidade Educacional	04
Título IV	04
Organização da Vida Escolar	04
Capítulo I - Níveis e Modalidades da Educação	04
Capítulo II - Fins e Objetivos dos Cursos	04
Capítulo III - Duração Mínima e Carga Horária do Curso	05
Capítulo IV - Organização Curricular	05
Capítulo V - Avaliação	06
Capítulo VI - Matrícula	06
Capítulo VII - Frequência de alunos	06
Capítulo VIII - Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo	06
Sessão I - Corpo Docente	06 a 08
Sessão II - Corpo Discente	08
Sessão III - Equipe de Apoio	9 a 10
Capítulo IX - Disposições Finais	11

TÍTULO I

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO E DA MANTEDEDORA

Art. 1º - BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, situada à Rua Dr. Sampaio Ferraz, nº 292, bairro Cambuí, da cidade de Campinas-SP, inscrita no CNPJ nº 01.990.952/0001-62, pertencente à Secretaria Municipal de Educação - NAED LESTE, tem como representante legal Maria Aparecida de Souza e Juceli Lima da Silva.

Parágrafo Único - BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, funciona nos períodos manhã, tarde e período integral de segunda à sexta-feira.

TÍTULO II

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS

Art. 2º - BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, entidade de direito privado, está a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem do educando, independente de sexo, etnia, cor, condição socio-econômica, credo religioso e ideologia, visando aos princípios de liberdade e aos ideais de autoeducação humana e centrados a qualquer forma de preconceito ou discriminação.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Art. 3º - Tem como objetivo proporcionar à criança a oportunidade de se socializar com um novo grupo, desenvolver a criança a noção de separar, respeito às diferenças para que se sinta inserida no novo grupo e que desenvolva a escola como um lugar agradável e prazeroso e promover o amor à autodisciplina consciente.

Art. 4º - Dar oportunidade de a criança desenvolver suas habilidades motoras de tal forma que ela consiga fazer com os membros e mãos tudo aquilo que deseja ou de que necessita, desenvolvendo atividades que estimulem a construção de sua estrutura cognitiva.

Art. 5º - Estimular a criatividade, a iniciativa e a independência da criança.

Art. 6º - Proporcionar o desenvolvimento do hábito de autocuidado, ordem e economia.

Art. 7º - Promover o desenvolvimento das habilidades específicas para a eficiência de aprendizagem promovendo as diferentes linguagens (corporal, musical, oral e escrita) ajustadas às diferentes situações de comunicação de forma que a criança compreenda e seja compreendida.

TÍTULO III

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DELIBERATIVA DA UNIDADE EDUCACIONAL

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 8º - BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conta com a seguinte organização:

I - Direção;

II - Corpo Docente;

III - Corpo Discente;

IV - Equipe de Apoio.

Art. 9º - A Direção da escola será exercida por profissional devidamente habilitado conforme as determinações legais.

Art. 10º - Cabe à Direção a supervisão geral do processo de elaboração e implantação do Projeto Pedagógico através de um plano democrático, que incentive e solicite a participação de todos de modo a possibilitar as expectativas das crianças, dos pais ou responsáveis e dos educadores.

Art. 11 - Compete à Direção decidir sobre questões gerais da escola BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, sejam de caráter administrativo ou pedagógico, sempre levando em conta as considerações dos demais envolvidos.

Art. 12 - São atribuições da Direção:

I - a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, juntamente com o Corpo Docente;

II - supervisionar o desenvolvimento da ação educacional da instituição;

III - estabelecer e fortalecer as relações escola - família - comunidade;

IV - participar das reuniões de pais, reuniões de professores e demais funcionários;

V - assinar toda documentação escolar;

VI - fixar o horário de funcionamento da instituição;

VII - supervisionar o planejamento;

VIII - levar toda a equipe a atualizar-se e aperfeiçoar-se, proporcionando-lhe estímulos e recursos sempre que necessários;

IX - coordenar e inserir o qualificação permanente dos profissionais da educação;

X - zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e familiares;

XI - dirigir a escola, pedagogicamente e administrativamente cumprindo as leis, regulamentos, calendário escolar e as determinações dos superiores da supervisão;

XII - garantir a ordem e disciplina e o funcionamento da escola.

CAPÍTULO II

DELIBERATIVA DA UNIDADE EDUCACIONAL

Art. 13 - A tomada de decisão da escola BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, envolve o compartilhamento e avaliação de todos os seus participantes.

TÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

CAPÍTULO I

NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO

Art. 14 - A BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, oferece os seguintes atendimentos:

I - Berçário - 04 meses à 01 ano de idade;

II - Maternal I - 02 anos;

III - Maternal II - 03 anos;

IV - Infantil I - 04 anos;

V - Infantil II - 05 anos.

CAPÍTULO II

FINS E OBJETIVOS DOS CURSOS

Art. 15 - A BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, se propõe a atuar nos segmentos de Educação Infantil, assumindo a responsabilidade de complementar as atribuições da família no atendimento às crianças de zero a cinco anos, em suas necessidades básicas de educação, saúde, alimentação, higiene, afeto e socialização e também busca garantir um atendimento de qualidade, que favoreça o desenvolvimento das crianças como cidadãos capazes de participar do construção de um novo tempo, de uma nova sociedade fundamentada em novos valores.

Parágrafo Único - Para a realização de sua finalidade educacional e social, conta com uma equipe de funcionários habilitados, capacitados, constantemente atualizados e comprometidos com o espírito construtivo de buscar e descobrir.

Art. 16 - A prática pedagógica desenvolvida se organiza de modo que permita às crianças:

I - desenvolver uma imagem positiva de si próprias, atuando de forma cada vez mais independente;

II - descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e suas limitações, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidados com a própria saúde e bem estar;

III - brincar, expressando emoções, pensamentos, desejos e necessidades;

IV - utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, oral e escrita) ajustadas às diferentes situações de comunicação de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e exercitá-los em sua prática de construção, fortalecendo cada vez mais sua capacidade de expressão.

CAPÍTULO III

DURAÇÃO MÍNIMA E CARGA HORÁRIA DO CURSO

Art. 17 - O calendário escolar é elaborado anualmente pela Direção baseada na legislação vigente, tendo por objetivo fixar o início e o término de cada ano letivo, período de férias, recesso, feriados, reuniões pedagógicas e as reuniões de pais, conforme Resolução do calendário da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 18 - A escola BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, atende crianças de 0 a 5 anos de idade nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Art. 19 - A metodologia de ensino da BABY LOVE BERÇÁRIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, está baseada no projeto sócio-construtivista.

Art. 20 - Na educação infantil busca-se a integração da criança através do desenvolvimento dos aspectos biológicos, psicológicos, intelectuais e sócio-culturais, preparando-a para a continuidade do processo educacional, criando condições para seu desenvolvimento integral, desenvolvendo suas capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, de relação interpessoal e inserção social.

Art. 21 - Nessa proposta tem como finalidade o desenvolvimento do educando como um todo, através do desdobrar de vários aspectos da criança, visando nas teorias de Jean Piaget, adaptadas e transformadas no ensino tradicional, através de planejamentos adequados a cada faixa etária, proporcionando assim a estabilidade de ensino e lógica sequencial do mesmo no vida escolar do aluno.

CAPÍTULO V

AValiação

Art. 22 - Avaliação é um processo dinâmico, realizada através de relatórios e fichas de avaliação, com o intuito de avaliar os aspectos intrínsecos de que o professor dispõe para apoiar sua prática pedagógica.

Art. 23 - No processo de avaliação serão utilizados todos os instrumentos possíveis que permitam verificar as diferentes aprendizagens, considerando-se todos os aspectos da aprendizagem, como a cognitiva, afetiva, social e motora.

Art. 24 - No processo de avaliação serão considerados todos os processos de aprendizagem e os aspectos relacionados à atitude da criança, como os recursos e as dificuldades do processo ensino-aprendizagem para reconhecer as ações educativas.

Parágrafo Único - A direção da escola, com a equipe pedagógica organizará reuniões ou momentos individuais com os pais ou responsáveis, para análise do processo ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO VI

MATRÍCULA

Art. 25 - A matrícula é o ato formal que vincula o educando à instituição.

Art. 26 - Serão aceitas matrículas durante o período letivo, observada a existência de vagas.

Art. 27 - O ato de matrícula gera direitos e deveres entre a unidade de ensino o aluno e seu responsável legal. Ambos se comprometendo a respeitar e cumprir o presente regimento e as demais normas estabelecidas pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO VII

FREQUÊNCIA DE ALUNOS

Art. 28 - A frequência de alunos e de faltas obrigatórias, apurada diariamente em instrumento próprio compreende a participação efetiva do aluno a todas as aulas respectivas.

CAPÍTULO VIII

DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO

SESSÃO I

CORPO DOCENTE

Art. 29 - Todos os funcionários da escola, docentes ou auxiliares, são orientados pelo Regime previsto na CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas seguindo os regimes ali previstos, além da legislação educacional aplicativa deste Regimento.

Art. 30 - O Corpo Docente tem a função de atuar no processo educativo, e formado por professores devidamente habilitados através de cursos específicos, nos termos da legislação vigente.

Art. 31 - São direitos dos profissionais do Corpo Docente, além dos direitos trabalhistas;

I - o respeito à sua autoridade no desempenho da função;

II - a remuneração de seu trabalho nos termos da legislação vigente;

III - a participação no planejamento e avaliação das atividades educacionais;

IV - a escolha dos materiais necessários para a utilização em suas atividades.

Art. 32 - São deveres dos profissionais do Corpo Docente:

I - contribuir para criação de um clima construtivo de trabalho e cooperação a fim de assegurar uma harmonia de pensamento e ação, possibilitando a realização do Projeto Pedagógico;

II - atender às solicitações da Direção baseada sempre no interesse das crianças;

III - conduzir as crianças ao conhecimento e desenvolvimento de habilidades, capacidades e a formação de hábitos e atitudes;

IV - elaborar o planejamento das atividades, tendo em vista o Projeto Pedagógico;

V - fazer sempre atenda às necessidades das crianças, para um bom desenvolvimento do trabalho;

VI - manter atualizado o registro de todos as atividades planejadas;

VII - solicitar e preparar antecipadamente o material necessário para a realização das atividades planejadas;

VIII - participar dos programas de capacitação;

IX - manter com os colegas espírito de colaboração e solidariedade;

Art. 33 - É vedado aos Docentes:

I - faltar com o devido respeito à dignidade da criança ou dirigir-se a ela com atitudes inadequadas;

II - aplicar penalidades às crianças que violem sua integridade física, psíquica e moral;

III - manter insatisfação com os alunos ou seus pais, sem autorização da Direção;

IV - divulgar informações para as quais deve manter o sigilo profissional, assim como cópias ou modelos de documentos de uso exclusivo da instituição;

V - manter-se de sala em seu horário de trabalho.

SESSÃO II

CORPO DISCENTE

Art. 34 - O Corpo Discente é formado de todas as crianças matriculadas.

Parágrafo Único - A criança ao ser matriculada, passa por um período de adaptação, que é fundamental para seu desenvolvimento emocional, o número de dias e carga horária serão estabelecidos pela escola em função das necessidades da criança e de família.

Art. 35 - São direitos das crianças matriculadas:

I - receber em igualdade de condições a orientação necessária para realizar suas atividades;

II - usufruir sem discriminação de todos os benefícios propostos pela instituição;

III - ser respeitada em sua individualidade, por todos os integrantes da escola;

IV - ser atendida pela escola sempre que solicitada;

Art. 36 - São deveres das crianças matriculadas:

I - respeitar o Diretor, Professores e demais funcionários;

II - respeitar os colegas;

III - participar das atividades programadas;

IV - apresentar-se devidamente uniformizada;

V - colaborar na conservação e uso do prédio e do material de uso individual e coletivo;

VI - acompanhar as atividades com pontualidade e assiduidade;